

Património

6. Contrato de Cedência de interesse público - Junta de Freguesia Sobreposta - Parque Autocaravanas.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com visa à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta contrato de cedência de interesse público com a Junta de Freguesia de Sobreposta para instalação de um parque de autocaravanas, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º1, alínea j) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

Assunto: Contrato de Cedência de interesse público - Junta de Freguesia Sobreposta - Parque Autocaravanas

PROPOSTA:

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º1, alínea j) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal, o contrato de cedência de interesse público com a Junta de Freguesia de Sobreposta para instalação de um parque de autocaravanas.

Anexos:

1. **Ofício Junta de Freguesia de Sobreposta**
2. **Contrato de cedência de interesse público**



Freguesia de Sobreposta - Braga

Ex. mo Senhor

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
BRAGA

V/ Ref.

Data

Ofício nº

Data

115 /Sobre.

11/10/2023

Assunto: Cedência do lote 13 do Parque Industrial de Sobreposta

A Junta de Freguesia de Sobreposta, vem por este meio pedir a V^a. Ex.^a. Senhor Presidente da Câmara Municipal, a cedência do lote 13 do Parque Industrial de Sobreposta para a instalação de um parque de autocaravanas. Este lote confina com o Parque de Merendas e Lazer de Sobreposta e daí a sua importância para as pretensões da Junta de Freguesia.

Grata pela atenção, com os melhores cumprimentos.

A Presidente da Freguesia

Maria Elizabete Marques da Silva

CONTRATO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO PARA FINS DE INTERESSE PÚBLICO

Considerando que a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, constituem atribuições dos municípios, nos termos do estabelecido no n.º 1, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual);

Considerando que compete à câmara municipal “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças” (cfr. alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);

Considerando que compete à câmara municipal “deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município...” (cfr. alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);

Considerando o fim de interesse público subjacente à celebração do presente contrato, alcançado através da cedência do referido imóvel para instalação de um parque de autocaravanas confinante com o Parque de Merendas e Lazer de Sobreposta.

Considerando que a celebração do presente contrato visa assegurar uma gestão e utilização racional dos bens imóveis objeto do presente contrato concretizando a necessária ponderação entre os custos e benefícios.

Considerando o disposto nos artigos 52.º e ss do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, que corporiza a reforma do regime do Património Imobiliário Público.

Considerando que, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º1, alínea j)), compete à Assembleia Municipal, sob proposta da câmara municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

É celebrado entre:

Primeiro Outorgante - Município de Braga, pessoa coletiva número 506 901 173, com sede na Praça do Município, Braga, neste ato devidamente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato.

e

Segunda Outorgante – Junta de Freguesia de Sobreposta, pessoa coletiva número 07 060 377, com sede na Avenida da Igreja nº 59, concelho de Braga, neste ato devidamente representado pelo Presidente da Junta de Freguesia, Maria Elizabete Marques Silva, com poderes para o ato.

1.ª

(Objeto)

1. O Primeiro Outorgante é dono e legítimo possuidor do Lote 13, com 2.500,00m2, sito no Lugar do Regueiro, Freguesia de Sobreposta, Braga, Inscrito na matriz sob o nº P862

da Freguesia de Sobreposta e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 1088.

2.ª

(Finalidade)

1. Por este contrato, em regime de cedência de utilização, a título precário, para fins de interesse público, o Primeiro Outorgante cede à Segunda Outorgante o imóvel identificado na cláusula anterior para instalação de um parque de autocaravanas.
2. O Segundo Outorgante só poderá utilizar o imóvel objeto deste contrato para o fim a que o mesmo se destina, ou seja, para o funcionamento do parque de autocaravanas.

3.ª

(Regime de Utilização)

1. O Segundo Outorgante só poderá utilizar o imóvel objeto do presente contrato para outro fim, se obtiver previamente a devida autorização por escrito do Primeiro Outorgante.
2. O Segundo Outorgante não poderá ceder, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste contrato, sem autorização expressa do Primeiro Outorgante para o efeito.
3. Finda a vigência do presente contrato, o Segundo Outorgante deverá entregar ao Primeiro Outorgante o imóvel, em bom estado de conservação e utilização.
4. A manutenção do imóvel fechado e/ou degradado e/ou sem utilização por um período superior a um ano, sem qualquer motivo justificativo e atendível, é fundamento para a cessação imediata do contrato por parte do primeiro outorgante.

4.ª

(Período de Vigência)

1. O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura e vigora pelo prazo de 5 (cinco) anos, renovável automaticamente pelo mesmo período e enquanto o imóvel estiver afeto ao fim a que está destinado.
2. Este contrato poderá cessar, ainda, por razões de interesse público, não sendo devida qualquer indemnização à Segunda Outorgante.

5.ª

(Obras)

1. O Primeiro Outorgante autoriza, desde já, a Segunda Outorgante a fazer, no local, as obras e benfeitorias necessárias ou convenientes para o fim a que está destinado.
2. As obras e benfeitorias que forem executadas pela Segunda Outorgante, passarão a fazer parte integrante do prédio e, findo o contrato, pertencerão ao Primeiro Outorgante sem direito a qualquer indemnização por parte da Segunda Outorgante.
3. Os encargos decorrentes da atividade normal no imóvel, nomeadamente os encargos que resultam dos gastos de manutenção e conservação periódica, bem como os que resultam da utilização diária das instalações, ficam a cargo da Segunda Outorgante.

6.ª

(Omissões)

Em tudo o que este contrato for omissivo ou não regular de modo diverso, aplica-se a lei geral e em especial as disposições do Código Civil relativas ao comodato

7.ª

(Foro)

Para a resolução de todas as questões emergentes do presente contrato, as partes elegem como competente o foro da comarca de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Para constar se lavra o presente contrato, em duplicado, ambos com valor de original, ficando cada outorgante na posse de um exemplar.

Braga, 11 de outubro de 2023.

Pelo Município de Braga,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela Junta de Freguesia de Sobreposta

(Francisco Manuel Pereira da Silva)